

JOSÉ FALCÃO
ESCOLA SECUNDÁRIA

Escola Secundária José Falcão de Coimbra

Projeto Educativo 2021-2024



O melhor da Escola são as pessoas!

Preâmbulo

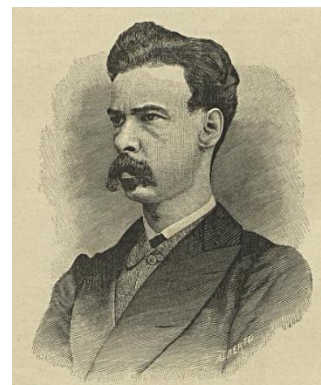
Em 2006, numa Conferência Internacional de Educação (2006), Marçal Grilo referia a educação como um “processo que tem que ver com a pessoa humana e com as crianças e os jovens em particular, e que se traduz pelo contínuo relacionamento entre pessoas, por um enriquecimento mútuo, por uma interação cultural e pela formação da personalidade, os quais começam na família, prolongam-se na escola e passam hoje de forma particularmente intensa pelos órgãos de comunicação social como elementos determinantes da própria formação e educação de cada indivíduo.” Assim, a Educação não se restringe ao ensinar e aprender: ela engloba uma educação para os valores em que o respeito pelo outro, pela diferença, pela tolerância e pela solidariedade são essenciais. Ela promove cidadãos responsáveis e conscientes dos seus direitos e deveres, valorizando uma dimensão ética tão fundamental para uma vivência em sociedade.

O Projeto Educativo de Escola (PEE), enquanto instrumento de planificação da ação educativa e de construção da identidade própria de uma escola, assume uma conceção de escola como uma organização que reflete sobre si própria, de forma sistemática, tendo em consideração os diversos atores. O Projeto Educativo leva esses atores educativos a questionarem-se sobre a sua identidade, sobre aquilo que são, ou, gostariam de ser. É através desta constante procura que são definidos os valores que vão inspirar, orientar e conduzir toda a ação educativa. O PEE adquire assim, simultaneamente, um valor simbólico para os atores e um valor operativo na medida em que orienta uma ação concreta a implementar, de uma forma permanente e contínua.

É neste contexto que a Escola Secundária José Falcão de Coimbra, através deste seu PEE se posiciona e orienta face aos desafios que lhe são colocados.

José Falcão, o Patrono

José Joaquim Pereira Falcão nasceu em Pereira, concelho de Miranda do Corvo, no dia 1 de junho de 1841. Estudou no Liceu de Coimbra (na altura instalado no edifício do Colégio das Artes) que veio a dar origem à atual Escola Secundária José Falcão. Na Universidade de Coimbra, cursou Matemática e Filosofia, tendo-se doutorado em Matemática. Foi, simultaneamente, professor do Liceu de Coimbra (de Alemão) e da Universidade, tendo passado a professor catedrático da Faculdade de Matemática em 1871. Em 1890, foi nomeado Diretor Interino do Observatório Astronómico de Coimbra.



Diz Fernando Catroga, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que José Falcão «não foi (...) um cientista com vocação tecnocrática, nem muito menos um académico magnificamente instalado na Torre do Saber», mas, sim, um cidadão atento a todos os anseios espirituais, políticos e sociais do seu tempo, que lutou pela transformação total da sociedade portuguesa. Acreditava que, pelo exemplo irrepreensível dos seus dirigentes e por meio de grandes reformas, o povo se libertaria da ignorância e da superstição, elevaria o seu nível de vida e se tornaria consciente dos seus direitos e deveres. Com este objetivo, redigiu em linguagem simples e acessível a *Cartilha do Povo*, em que se discutiam questões como o significado da República e o governo do povo pelo povo. Esteve envolvido na insurreição republicana de 31 de janeiro de 1891. Uma vez abortada a insurreição, dedicou-se a reorganizar o Partido Republicano no norte do País. José Falcão notabilizou-se, ainda, como jornalista e foi sensível e atento aos problemas do Ensino Público, demonstrando preocupação pelas questões pedagógicas, como o comprovam muitos dos seus escritos.

José Falcão faleceu em Coimbra, no dia 14 de janeiro de 1893. Jaz no Cemitério de Santo António dos Olivais. Em 1914, implantada que fora a República, foi decidido homenagear este grande vulto da sociedade portuguesa, de que sobressaem as dimensões científica, pedagógica, política e social, ligando o seu nome a um dos mais prestigiados liceus do país.

Índice

Introdução.....	5
Caracterização da Escola.....	6
A História	6
O Presente	9
Localização.....	9
Serviços, instalações e recursos materiais	9
Oferta Educativa.....	11
Comunidade educativa	12
Alunos	12
Professores	13
Assistentes Técnicos e Operacionais.....	13
Serviços de Psicologia e Orientação	14
Educação Especial.....	14
Associação de Estudantes.....	15
Associação de Pais e Encarregados de Educação	15
Análise SWOT	15
Pontos fortes.....	16
Pontos fracos	17
Oportunidades	18
Ameaças ou constrangimentos	18
Organigrama da escola.....	19
Instrumentos operacionalizadores	20
Missão	20
Princípios e Valores	21
Princípios.....	21
Valores	21
Metas, Objetivos e Estratégias	22
Resultados Escolares	22
Desenvolvimento da formação integral do aluno.....	27
Formação.....	29
Autoavaliação.....	30
Organização, Gestão e Liderança.....	32

Introdução

O Projeto Educativo é um dos instrumentos de autonomia da escola.

No Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, por meio do qual se republica o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, o Projeto Educativo é apresentado (artigo 9.º) como o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias, segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa. Mais se refere que o Projeto Educativo constitui um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e a comunicação da missão, assim como das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial (alínea a) do n.º 1 do artigo 9º).

Ao Conselho Pedagógico compete elaborar a proposta de Projeto Educativo a ser submetido pela diretora ao Conselho Geral.

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente, tendo, na sua constituição, além da Diretora, os quatro Coordenadores dos Departamentos Curriculares, os cinco Representantes de Grupos de Recrutamento, a Representante dos Professores Cooperantes de núcleo de estágio, o Professor Bibliotecário, a Coordenadora dos Diretores de Turma, a Representante da Educação Especial, o Coordenador dos Cursos Profissionais, a Coordenadora de Projetos e a Psicóloga. Com vista ao desenvolvimento do Projeto Educativo, colaboram com o Conselho Pedagógico os Departamentos Curriculares, o Conselho dos Diretores dos Cursos Profissionais e o Conselho de Orientadores Cooperantes (artigos 27.º a 30.º do Regulamento Interno).

Assim, este documento é elaborado por uma equipa de membros do Conselho Pedagógico, ouvidos os contributos dos Departamentos Curriculares, do Conselho dos Diretores dos Cursos Profissionais, do Conselho de Orientadores Cooperantes e e da equipa EQAVET.

O Projeto Educativo contempla, assim, após uma caracterização da Escola (História, atualidade, análise SWOT) e a apresentação de um organigrama relativo à sua organização, a missão da Escola, os princípios e valores, as metas, os objetivos e as correspondentes estratégias.

Caracterização da Escola

A História

A história da Escola Secundária José Falcão encontra-se associada à história da Universidade de Coimbra.

Por decreto de Passos Manuel, publicado a 19 de novembro de 1836, foram oficialmente criados os primeiros três liceus no país: o Liceu de Coimbra, o Liceu de Lisboa e o Liceu do Porto. A reforma do ensino então empreendida substituiu os "estudos menores" pelo liceu, inspirado no modelo republicano francês do "lycée".

O Liceu de Coimbra substituiu o Colégio das Artes, criado em 1548 (que, então, se extinguiu), e cujas instalações passou a ocupar e do qual recebeu professores. Passou, então, a constituir uma secção da Universidade de Coimbra: as matrículas dos alunos eram feitas na Secretaria da Universidade e a presidência do liceu era da competência do reitor da Universidade.

O liceu foi instalado, em 1840, no Colégio das Artes, sendo, depois, transferido para as antigas instalações do Hospital da Nossa Senhora da Conceição, situado no Colégio das Onze Mil Virgens, por detrás da Sé Nova e, em 1870, para o Colégio de S. Bento. Ambas as localizações se deveram à proximidade com a Universidade, em especial com o Laboratório Químico e com o Jardim Botânico que garantiam o estudo das novas disciplinas - Botânica, Química, Física, Mineralogia e a Zoologia.

No Liceu eram também lecionadas disciplinas como Oratória, Geografia, Cronologia e História, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho, Gramática Portuguesa e Latina, Lógica, Língua Francesa, Língua Inglesa e, ainda, Alemão, Grego e Hebraico. O decreto de 17 de dezembro de 1839 determinava que as disciplinas do Liceu de Coimbra que eram ministradas na Universidade, seriam substituídas por estas. Os alunos podiam frequentar estas cadeiras nas diferentes Faculdades.

Em 1854, o Liceu de Coimbra viu aumentado o número de horas dedicadas à Matemática, manteve um intercâmbio com a Alemanha na área dos estudos geográficos e, em 1880, passou à categoria de Liceu Nacional Central, com o aumento de horas dedicadas às línguas vivas e às ciências naturais. As novas exigências obrigaram a uma análise sobre os resultados escolares, pois as reprovações atingiam números muito elevados, com os alunos a passarem para o ensino particular, o que teve impacto importante no liceu, dado que, em Coimbra, existiam vários colégios.

Em 1894, com a reforma de Jaime Moniz, o liceu passou a prestar especial atenção à escolha dos diretores de turma, considerados a base do sistema com responsabilidades na coordenação das disciplinas, orientação metodológica e no cumprimento dos programas.

Em 1908, o Conselho Escolar defende que, por razões pedagógicas, as turmas dos Cursos Gerais não tenham mais de trinta alunos e que seria útil ter grupos mais pequenos nos Cursos Complementares, para facilitar a comunicação e o acompanhamento dos alunos em matérias mais complexas.

Com a implantação da República Portuguesa (1910), quatro anos depois (1914), o Liceu toma o nome de Liceu José Falcão, em homenagem a um dos grandes ideólogos do Republicanismo no país (já falecido), autor da Cartilha do Povo, ex-aluno do Liceu e seu professor.

Em 1928, foi criado o Liceu Júlio Henriques, que evoca a figura deste mestre e cientista de renome, revolucionador do ensino da Botânica, criador da Sociedade Broteriana (1880). O Liceu Júlio Henriques veio a funcionar numa das alas do edifício de S. Bento, fazendo vizinhança com o Liceu José Falcão.



Mas as instalações do edifício de S. Bento começam a ser pequenas para comportar o aumento da população dos dois liceus e constrói-se um edifício de raiz destinado ao Liceu: o arquiteto Carlos João Chambers Ramos, Jorge Segurado e Adelino Nunes, três referências do primeiro modernismo da arquitetura portuguesa, projetam, então, e surge, em 1936, o edifício na Avenida D. Afonso Henriques, que é ampliado logo em 1938.



O edifício enquadra-se numa perspetiva modernista e funcionalista, inspirada em modelos ingleses, com três blocos interligados em "U". Adotou as modernas conceções europeias do espaço liceal, que obedecia a normas rigorosas de higiene escolar (materiais utilizados, luminosidade, capacidade dos diversos espaços, etc.) e correspondia às exigências de um plano pedagógico que contemplava as áreas das Humanidades, das Ciências, das Artes Oficiais e da Educação Física¹.

Em reunião do dia 15 de outubro de 1936, o reitor Alberto de Oliveira explicava ao conselho de professores a decisão ministerial de aglutinar os dois liceus, o Liceu José Falcão e o Liceu Júlio Henriques, num só. O edifício da Avenida Afonso Henriques ficaria para o novo Liceu D. João III.

Em 1974, em Assembleia Geral de Escola do Liceu D. João III, professores, alunos e funcionários decidem recuperar, como patrono do Liceu, o nome de José Falcão, o grande vulto do final do século XIX, companheiro de Eça de Queiroz, entre outros. Por curiosidade, em 1861, Eça de Queiroz fizera, no Liceu de Coimbra, os exames preparatórios para entrar na Universidade.

Em 1979, o Liceu passa a Escola Secundária, a Escola Secundária José Falcão, herdeira, então, do antigo Liceu de Coimbra, do Liceu José Falcão e do Liceu D. João III, por onde passaram milhares de alunos e de professores¹.

O Liceu D. João III foi um dos dois liceus de formação de professores em Portugal desde os finais da década de 1930 até 1947 - o outro era o Liceu Pedro Nunes, em Lisboa - sendo mesmo, entre 1947 e 1956, o único liceu no país a fazer formação de professores. Gerações de professores estagiários passaram pelo Liceu D. João III e pela Escola Secundária José Falcão, vindo alguns a ser professores no próprio Liceu e, atualmente, na Escola Secundária José Falcão².

¹ Foi, em 2010, classificado pelo IGESPAR como Monumento de Interesse Público.

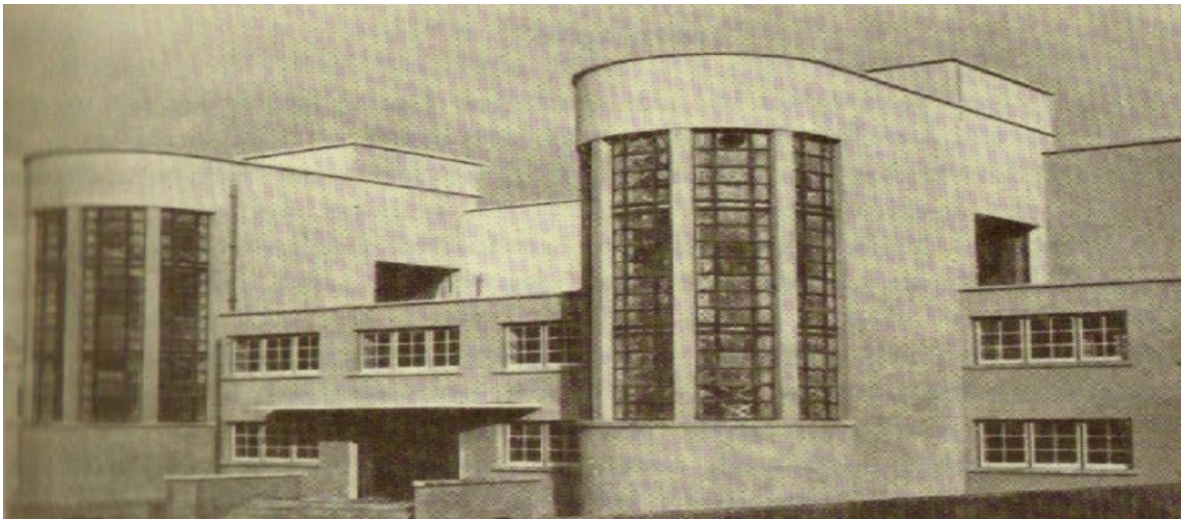
² Moniz, Gonçalo C., *O Liceu de Coimbra - do Liceu Dr. Júlio Henriques à Escola Secundária José Falcão*, UC. Rodrigues, António S., *Liceus de Portugal*, coordenação de António Nóvoa e Ana Teresa Santa Clara, Porto: Edições ASA, 2003, pp. 223-241.

Neste século XXI, a Escola Secundária José Falcão continua a ser uma escola de formação, de formação de professores e de alunos, naturalmente, oferecendo os cursos do Ensino Secundário e, também, o 3.º Ciclo do Ensino Básico bem como Cursos Profissionais.

O Presente

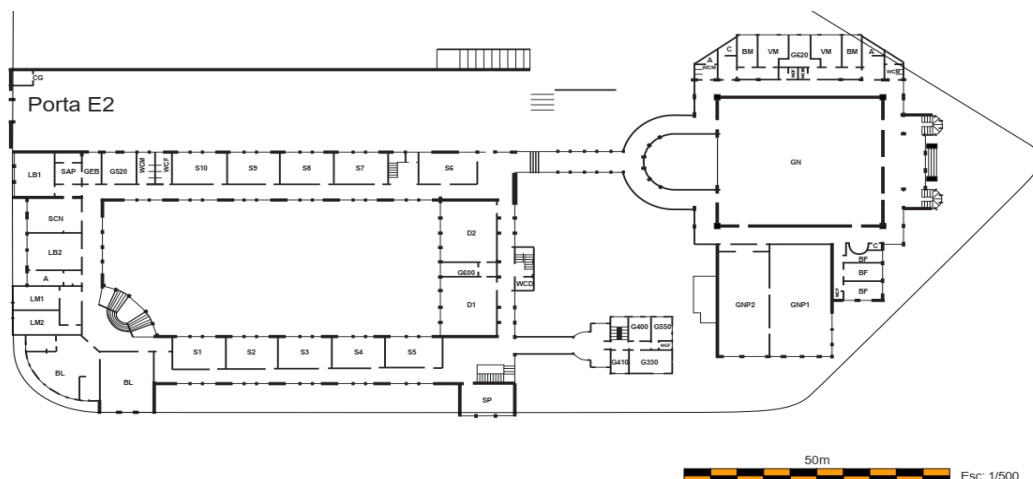
Localização

A Escola Secundária José Falcão está situada na Av. D. Afonso Henriques, na "Cumeada" de Coimbra, entre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e os Hospitais da Universidade de Coimbra.



Serviços, instalações e recursos materiais

O edifício da escola é constituído por três blocos interligados numa configuração em “U”.



Primeiro bloco:

Os espaços fechados do bloco central da escola distribuem-se por três pisos, onde estão instalados:

No piso 0: a portaria e a central telefónica, os serviços de direção, os serviços administrativos, a sala de Diretores de Turma, a sala de exposições, a sala de reuniões, a sala multiusos, a reprografia, 3 salas de aula, a sala de Francês (designada sala Clara Sobral), o Espaço Net e sanitários de professores.

- No piso 1: a biblioteca Martins de Carvalho, 2 laboratórios de Biologia, 1 laboratório de Mineralogia e uma sala anexa, 1 sala de Ciências Naturais, 2 salas de Desenho, 1 sala de Educação Visual, 10 salas de aula, 3 salas de trabalho de grupos disciplinares e sanitários diversos.

- No piso 2: 2 laboratórios de Física, 2 laboratórios de Química, 1 sala de Química, o laboratório de Matemática (designada sala Marcelino Paiva), a sala de História, a sala de Geografia, a sala de Línguas (designada sala Leitão de Figueiredo), 1 sala de Desenho, 3 laboratórios de Multimédia, 2 salas de trabalho de grupos disciplinares, 12 salas de aulas e o anfiteatro grande.

- No interior deste bloco, existe um espaço aberto ajardinado.

- Salas de Design na Torre.

- No total, neste bloco existem 27 salas de aulas diversas, 8 das quais com quadros interativos, 3 salas de Desenho, 1 sala de Educação Visual e 8 laboratórios de Ciências Naturais, Física e Química. Todas as salas estão equipadas com computador e projetor.

Segundo bloco:

- Este bloco engloba 4 espaços desportivos interiores, 3 ginásios e 1 pavilhão com palco e 2 salas anexas, o gabinete de docentes de Educação Física, balneários e sanitários. Neste bloco, localizam se, ainda, 3 salas de aula normais, o auditório, a cozinha, o refeitório, o centro de apoio à aprendizagem, o gabinete do SPO (Serviço de Psicologia e Orientação).

- No exterior, existe um campo de jogos para alunos e aulas de EF, e um polidesportivo com pista de atletismo e caixa de saltos, equipado para atividades coletivas e individuais. Existe, ainda, um pátio de convívio para alunos e um campo de jogos equipado para atividades coletivas e individuais.

Terceiro bloco:

- Num pequeno bloco, anexo ao anterior, outrora denominado “Casa do Reitor”, situam-se algumas salas de aula.

- No pátio anexo à designada “Casa do Reitor”, existem as instalações destinadas ao bar e à papelaria. Aí fica, ainda, situado o “Jardim das laranjeiras”.

Oferta Educativa

A oferta educativa e formativa da ESJF abrange os níveis de ensino básico (7º ao 9º ano) e ensino secundário, incluindo, neste caso, os cursos científico-humanísticos e a modalidade profissional (em 2021-22 entrou em funcionamento um novo curso: Curso Auxiliar de Saúde).

- 3.º Ciclo do Ensino Básico

- Ensino Secundário Cursos Científico-Humanísticos

Ciências e Tecnologias

Ciências Socioeconómicas

Línguas e Humanidades

Artes Visuais

- Cursos Profissionais

Técnico Turismo Ambiental e Rural

Técnico Multimédia

Técnico Auxiliar de Saúde

O Ensino Profissional, como modalidade de opção no ensino secundário, caracteriza-se por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta o perfil do jovem candidato, as aprendizagens realizadas nestes cursos valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, permitindo também o acesso ao ensino universitário.

Comunidade educativa

Os quadros que se seguem apresentam os dados dos últimos anos.

Alunos

Número		2018/2019		2019/2020		2020/2021		2021/2022	
		Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Ensino Básico	7.º ano	3	65	3	50	3	61	3	57
	8.º ano	3	96	3	63	3	70	3	62
	9.º ano	4	76	4	91	3	62	3	68
Ensino Secundário	10.º ano	10	292	8	225	9	221	10	267
	11.º ano	10	269	10	262	8	193	9	202
	12.º ano	10	223	10	271	10	259	8	195
Ensino Profissional	10.º ano	1	14	1	17	1	20	2	34
	11.º ano	1	19	1	19	1	19	1+1	18
	12.º ano	1	13	1	19	1	10	1+1	18
Total		43	1067	41	1017	40	915	42	921

Resultados		Transitou	Não Transitou	Concluiu	Não Concluiu	Anulou a Matrícula	Transferido	Excluído por faltas
2020/2021	Ensino Básico	122	9	62	0	0	6	0
	Ensino Secundário	393	16	227	32	5	28	2
	Ensino Profissional	37	0	9	1	0	2	3
	Total	552	25	298	33	5	36	5
2019/2020	Ensino Básico	129	2	89	0	0	6	0
	Ensino Secundário	442	13	215	43	11	28	1
	Ensino Profissional	28	1	17	3	0	2	2
	Total	599	16	321	46	11	36	3
2018/2019	Ensino Básico	147	7	70	5	3	5	0
	Ensino Secundário	491	35	140	65	18	30	5
	Ensino Profissional	32	1	10	3	0	0	0
	Total	670	43	220	73	21	35	5

Professores

Quadro de Escola	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
	73	70	71	78
QZP	20	23	23	8
Contratados	14	17	17	23
Total	107	110	111	109

Assistentes Técnicos e Operacionais

Os Serviços Administrativos estão completamente informatizados, com o sistema de gestão de processos e atendimento personalizado, nos quais está integrado o SASE, com uma funcionária que organiza todos os serviços de Ação Social, desde a cantina aos subsídios escolares.

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Assistentes Técnicos	9	11	11	10
Assistentes Operacionais	21	20+3	20+3	22+3
TOTAL	30	31+3	31+3	32+3

Serviços de Psicologia e Orientação

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Técnico Superior	1	1	2	2

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) é assegurado por uma psicóloga, que realiza atividades no domínio do apoio psicopedagógico, orientação escolar e profissional, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar, ao abrigo do DL 190/91, 17 de maio de 1991.

Educação Especial

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Professor de Educação Especial	4	4	5	5
Alunos	160	178	195	150*

*Obs. Não são contabilizados os alunos que usufruem de medidas universais e que não foram identificados à EMAEL.

Este serviço tem 4 professores de Educação Especial pertencentes ao quadro e um professor por mobilidade por condições específicas que asseguram a aplicação de Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão para alunos com necessidades específicas de aprendizagem (Dec-Lei 54/2018, de 6 de julho).

Associação de Estudantes.

A Associação de Estudantes já existe na escola há longos anos. Tem tido uma posição de intervenção e de colaboração com os órgãos de gestão, nomeadamente na apresentação de propostas relativas à vida da escola bem como na resposta aos desafios que vão surgindo, tendo sempre em atenção os interesses dos Alunos, do Ensino e da Educação.

Associação de Pais e Encarregados de Educação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação tem revelado uma forte ligação à escola, nomeadamente mobilizando-se na defesa de uma intervenção no edifício da escola, a precisar de obras há longos anos, e, sobretudo, estando atenta aos problemas dos Alunos e colaborando, espontaneamente e sempre que solicitada, na vida da Escola.

Análise SWOT

Na elaboração de um projeto educativo, é fundamental uma visão de conjunto da instituição: é pertinente observar-se a Escola segundo uma análise *SWOT*, acrónimo cujas iniciais são as das palavras *Strengths* (forças ou pontos fortes), *Weaknesses* (fraquezas ou pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças ou constrangimentos).

A análise que se segue foi realizada, tendo em conta o referido no Relatório de Autoavaliação de 2017-2018, Relatório de Autoavaliação (de 2019-2020, mas que revelou dados, sobretudo, de 2020), Relatório de Auditoria de Sistema de Controlo Interno, pela Equipa Multidisciplinar da Inspeção Geral de Educação e Ciência e, também, a observação direta da vida da escola.

Identificam-se, deste modo, os pontos fortes e os pontos fracos (aspetos internos à escola) assim como as oportunidades e as ameaças (aspetos externos à escola). Depois desta identificação, poderemos cruzar essas variáveis para que se encontrem soluções para potenciar os pontos fortes, para enfrentar e ultrapassar os pontos fracos, para fazer uso das oportunidades e para evitar as ameaças ou o seu efeito.

Na Escola Secundária José Falcão, podemos, então, considerar os Pontos fortes e os Pontos fracos, as Oportunidades e as Ameaças que se elencam de seguida. Nota-se que alguns aspetos apontados como pontos fracos já têm estado a sofrer alteração pela intervenção que vem sendo feita, desde o final do ano letivo passado / início do presente.

Pontos fortes

1. Fatores identitários e consciência da sua existência.
2. Oferta curricular diversificada.
3. Boa oferta da Escola em apoio educativo.
4. Resposta da ESJF às necessidades específicas de alunos sinalizados com Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão (MSAI).
5. Atividades diversificadas - propostas no Plano Anual de Atividades - que envolvem todas as turmas.
6. Biblioteca Escolar dinâmica, com iniciativas de qualidade.
7. Bom serviço de Psicologia e apoio vocacional.
8. Solidariedade entre os alunos, com espírito de entreajuda.
9. A formação cívica dos alunos; a pouca indisciplina.
10. Adesão dos alunos às iniciativas, aos projetos e concursos nacionais, às atividades extracurriculares e às propostas da Biblioteca Escolar.
11. No Ensino Secundário, alunos em geral, motivados para a aprendizagem, com sentido de responsabilidade, tendo em vista o ingresso no Ensino Superior.
12. Em geral, expectativas positivas dos alunos em relação à Escola, de que é revelador o número de alunos que procuram a ESJF como primeira opção de matrícula.
13. Bons resultados escolares, nomeadamente dos alunos internos nos exames nacionais, o que coloca esta Escola em lugares cimeiros nos rankings nacionais, e permite a entrada da maior parte dos alunos que conclui o Ensino Secundário na primeira escolha na candidatura ao Ensino Superior;
14. Abandono escolar inexistente no Ensino Básico e residual no Ensino Secundário.
15. Corpo docente, em geral, com larga experiência de ensino, com competência científica e pedagógico-didática.
16. Em geral, bom desempenho do cargo de Diretor de Turma.
17. Em geral, articulação curricular eficaz entre os docentes do mesmo nível de ensino.

18. Assistentes operacionais responsáveis, atentos, contribuindo para a criação de um contexto favorável ao trabalho de lecionação e ao bem-estar de todos os que estão na escola.
19. Assistentes técnicos com experiência e capazes de resolver as diversas situações da atividade administrativa.
20. Horários dos professores que, em geral, harmonizam bem as componentes letiva e não letiva.
21. Associação de Estudantes bem organizada, dinâmica, mobilizadora dos alunos, atenta aos interesses e problemas dos alunos, além de sensível às propostas oriundas da Direção.
22. Representantes dos Pais e Encarregados de Educação que em geral participam na vida da Escola no que diz respeito às reuniões dos Conselhos de Turma e às do Conselho Geral.
23. Associação de Pais e Encarregados de Educação sensível aos problemas da Escola, com iniciativa e capacidade de intervenção, sempre disponível para colaborar.
24. Bons espaços de natureza desportiva que permitem a lecionação de todas as valências da disciplina de Educação Física e podem ser utilizados por cursos dessa área.
25. Existência de uma Sala de Exposições.
26. Boa localização (centralidade, proximidade do polo da saúde e da Universidade de Coimbra, bons transportes).

Pontos fracos

1. Ausência de oferta da Escola de iniciativas de tempos livres que mobilizem os alunos fora do horário letivo (clubes, espaços de convívio, concursos, desafios, etc).
2. Limitado aproveitamento por parte dos alunos do apoio educativo disponibilizado pela Escola.
3. Alguma falta de pontualidade dos alunos.
4. Instalações da escola a necessitar de obras e com limitações que condicionam negativamente o bem-estar dos alunos, dos docentes e dos assistentes operacionais.
5. Pouca visibilidade da reflexão pedagógica conjunta e do trabalho colaborativo entre docentes
6. Alguma limitação no processo de avaliação dos alunos (pouca valorização da avaliação formativa).
7. Ausência de um processo contínuo de autoavaliação de escola e de intervenção no sentido de colmatar os aspetos negativos.
8. Escassez de reflexão consistente sobre os resultados da autoavaliação.
9. Alguma dificuldade no uso do digital no ensino à distância.

10. Alguma dificuldade na adesão às mais recentes orientações da Tutela no que diz respeito à avaliação formativa, à Autonomia e Flexibilidade Curricular e à Cidadania e Desenvolvimento.
11. Número reduzido de Assistentes Operacionais.

Oportunidades

1. A Escola situa-se em Coimbra, cidade com diversas instituições da área da Educação e da Cultura (Universidade de Coimbra e suas Faculdades; Exploratório Ciência Viva; Casa Municipal da Cultura; Casa-Museu Miguel Torga, Museus; Teatro, etc), que promovem iniciativas bastante diversificadas.
2. Cidade e envolvimento com património histórico e cultural rico.
3. Existência de empresas com as quais se podem estabelecer protocolos que contribuam para a formação e a inserção dos alunos dos Cursos Profissionais.
4. Existência de entidades e empresas diversas que pretendem a celebração de protocolos, como, por exemplo, o de cedência remunerada de instalações da escola de forma pontual ou continuada.
5. Diversos projetos nacionais que podem ser abraçados pelos alunos da Escola (por exemplo, Parlamento dos Jovens, Olimpíadas da Matemática, da Língua Portuguesa, da Física, entre outros).
6. Possibilidade de participação em projetos europeus como forma de capacitar docentes e alunos para os desafios do século XXI.
7. Centro de Formação Minerva recetivo às necessidades de formação dos docentes.
8. Encarregados de educação com qualificações e disponíveis para colaborar com a Escola em iniciativas no âmbito da Educação, da Cultura e da Cidadania.

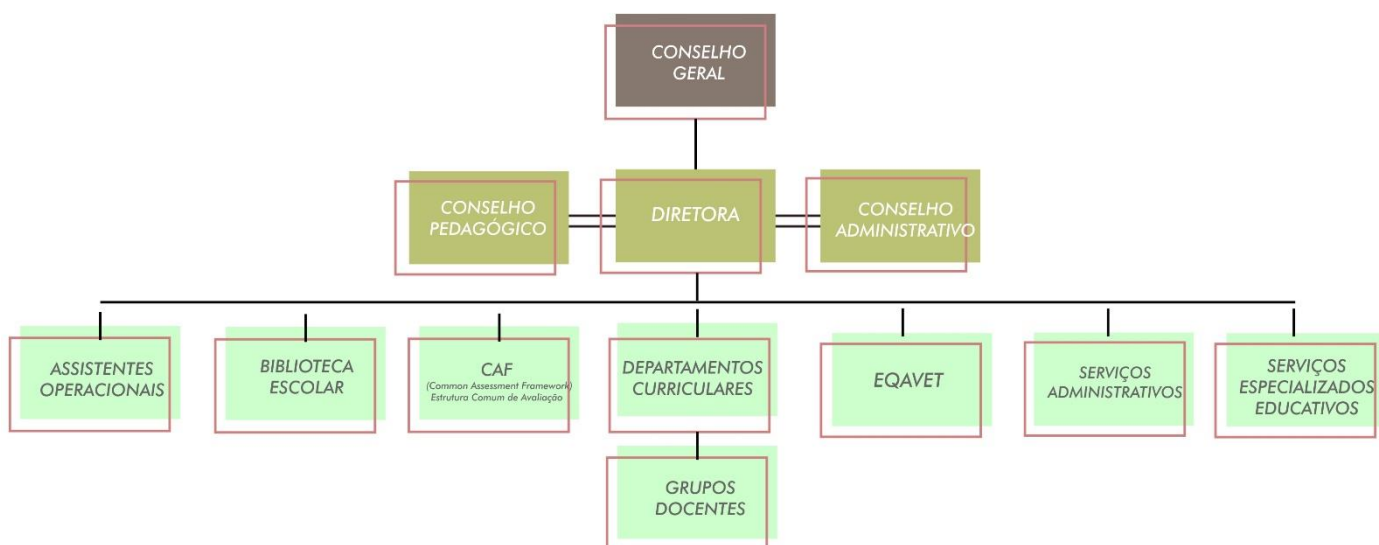
Ameaças ou constrangimentos

1. Redes Sociais sem filtro educativo.
2. Na perspetiva de um número indeterminado de alunos, nomeadamente dos mais desfavorecidos, alguma desvalorização social da escola como instituição de verdadeiro acesso ao saber e de construção de um futuro profissional de sucesso.
3. Na perspetiva de alguns alunos, desvalorização do conhecimento *versus* classificação.

4. Limitação ou supressão de provas finais de avaliação e de exames nacionais, o que não mobiliza o aluno para a necessidade de aquisição do saber.
5. Rede escolar que condiciona a abertura de turmas ou de cursos.
6. Elevado número de alunos por turma.

Organigrama da escola

De acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de Julho que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação, a administração e gestão do agrupamento de escolas é assegurada pelos seguintes órgãos:



Instrumentos operacionalizadores

Em conformidade com os objetivos definidos, considera-se prioritária a elaboração de documentos estruturantes que, em articulação com este Projeto Educativo, contribuem decisivamente para o desenvolvimento do Plano de Ação dos Órgãos de Gestão Pedagógica:

- Plano Anual de Atividades: integra ações educativas propostas pelos departamentos, grupos de recrutamento, conselhos de turma, bem como outros projetos desenvolvidos na escola pelas diferentes estruturas.
- Regulamento Interno: conjunto de normas que regula o funcionamento da comunidade educativa.
- Estratégia da Escola para a Cidadania e Desenvolvimento – documento orientador da operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento no 3.º ciclo e ensino secundário -.
- Programa de Mentorias
- Projeto MAIA.
- Programa de ação Tutorial
- Implementação do sistema de garantia da qualidade do ensino e formação profissional - EQAVET - como contributo para uma formação mais estruturada, contribuindo deste modo para o prosseguimento de estudos e/ou inserção no mercado de trabalho.

Missão

A missão da Escola é a de Ensinar e de Educar.

A única instituição capaz de esbater as desigualdades naturais de um mundo desigual é a Escola.

A missão da Escola Secundária José Falcão de Coimbra apresenta-se como indispensável para os desafios que nos estão a ser colocados: formar e educar, hoje, as mulheres e os homens do futuro, íntegros nos seus princípios e na sua relação com os outros, com consciência do seu papel e da sua responsabilidade perante a sociedade e os seus semelhantes, fomentando-lhes o gosto pelo conhecimento e pela cultura nos seus variados domínios e manifestações, e com as competências necessárias para uma plena integração num mundo em contínua transformação.

A missão da Escola é a de fazer com que os alunos potencializem as suas competências e possam corresponder – todos – ao Perfil do Aluno do Século XXI, em respeito pelos que revelam

dificuldades de aprendizagem e de inclusão, onde todos sejam cidadãos de pleno direito, construindo o futuro e nele intervindo profissional e socialmente.

Em suma, a Escola Secundária José Falcão assume a missão de prestar à comunidade um ensino e uma educação de qualidade e responsabilidade, numa escola de excelência aberta e inclusiva, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, equilibrada e interventiva.

Princípios e Valores

Princípios

Os princípios pelos quais se rege a vida numa escola estão definidos nos artigos 3.º a 5.º do já referido DL n.º 137/2012, de 2 de julho, que republica o DL n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

São aí enunciados os princípios gerais de Igualdade, Participação, Transparência, Responsabilidade e Prestação de Contas. São também enunciados os princípios gerais de Ética que os responsáveis pela atividade educativa devem respeitar, os consagrados na Constituição da República e na lei, a saber: Legalidade, Justiça, Imparcialidade, Competência, Responsabilidade, Proporcionalidade, Transparência e Boa-Fé.

São estes os princípios que todos os agentes educativos da Escola Secundária José Falcão devem observar e fazer observar.

Valores

Seguem-se os valores que dizem respeito a toda a comunidade educativa.

Humanismo – A Escola fundamenta a sua ação no respeito pela dignidade do ser humano, tornando as pessoas o centro da sua ação.

Cidadania – A Escola promove o desenvolvimento integral dos alunos, futuros cidadãos responsáveis pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Solidariedade – Deverá ser desenvolvido o sentimento de identificação em relação ao sofrimento dos outros e a promoção de ações para o minorar.

Igualdade e Equidade – O tratamento de igualdade em relação aos direitos dos alunos (respeito pelos princípios de cortesia e de cooperação, acesso ao ensino e à educação bem como aos respetivos meios e recursos, critérios de avaliação...) tem de ser compaginado com o princípio de equidade, que exige o reconhecimento das desigualdades existentes entre os jovens (meio

social, estruturação familiar, competências cognitivas ou outras...) para proporcionar o tratamento diferenciado na busca da igualdade de oportunidades.

Inclusão – Decorrente do princípio anterior, cada aluno tem o direito de aprender e de se sentir elemento essencial da Escola, a par de todos os seus colegas.

Disciplina – Defende-se o cumprimento do conjunto de regras e normas instituídas na escola e na sala de aula, a ordem e organização, o cumprimento das responsabilidades específicas de cada um.

Trabalho – Sendo o trabalho a essência do homem, há que consciencializar os alunos desde muito novos de que é o trabalho e o esforço que levam à consecução de objetivos, devendo, assim, o trabalho ser notado e valorizado.

Qualidade – A Escola desenvolve a formação dos alunos fundada em critérios de rigor e exigência, numa perspectiva de melhoria contínua, considerando que os alunos têm o direito de almejar chegar ao mais alto nível do saber exigido e das suas competências.

Metas, Objetivos e Estratégias

Resultados Escolares

Meta Melhorar os resultados escolares.
Objetivos <ol style="list-style-type: none">1. Manter a percentagem de transição no 3.º Ciclo acima dos 90%.2. Diminuir a taxa de retenção dos alunos do 9.º ano.3. Superar a percentagem da média nacional de alunos que obtêm positiva nos exames nacionais do 11.º e 12.º ano após um percurso sem retenções no 10.º e no 11.º anos.4. Diminuir a taxa de retenção e de desistência dos alunos do Ensino Secundário.5. Manter o alinhamento das classificações internas de frequência atribuídas pela escola aos seus alunos com as atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames.6. Aumentar a taxa de conclusão dos cursos profissionais, no âmbito do alinhamento com o quadro EQAVET, de acordo com o seu indicador 4.7. Aumentar a taxa de colocação/prosseguimento de estudos após conclusão dos cursos, no âmbito do alinhamento com o quadro EQAVET, de acordo com o seu indicador 5.8. Melhorar a taxa de diplomados a exercer profissões relacionadas com os cursos

profissionais e o grau de Satisfação dos Empregadores, no âmbito do alinhamento com o quadro EQAVET, de acordo com os seus indicadores 6a e 6b.

9. Aumentar o número de alunos com percursos diretos de sucesso.
10. Manter em 0% as taxas de abandono e desistência no 3.º Ciclo.
11. Diminuir a falta de pontualidade dos alunos.
12. Reduzir para exceções os poucos casos de falta de disciplina dos alunos.

Estratégias

1. Constituição das turmas subordinada a critérios pedagógicos.
2. Planificação anual de cada disciplina com a indicação específica das Aprendizagens Essenciais e o PASEO.
3. Desenvolvimento de formas de colaboração sistemática nos diferentes níveis da planificação e desenvolvimento da atividade letiva por meio da articulação curricular vertical e horizontal a nível da planificação e desenvolvimento curricular (reflexão feita, nos Conselhos de Grupo e nos Departamentos Curriculares e materializada nas reuniões de articulação entre os docentes do mesmo nível da disciplina).
4. Partilha periódica de práticas científico-pedagógicas relevantes entre os docentes e reflexão sobre a sua eficácia (uma vez por período, numa das reuniões do conselho de grupo).
5. Promoção da assiduidade e da pontualidade dos alunos por meio de: intervenção imediata do Diretor de Turma logo nas primeiras ocorrências, entrando em contacto com o(a) encarregado(a) de educação, de modo a que a falta de pontualidade ou de assiduidade seja encarada como um problema, que interfere negativamente na aprendizagem do aluno; intervenção da Equipa de Autoavaliação, em colaboração com os Diretores de Turma, fazendo o levantamento da percentagem de alunos com número excessivo de faltas; reflexão com o corpo docente sobre a importância da assiduidade e da pontualidade, na aprendizagem dos alunos; sensibilização aos pais e dos alunos para o efeito da falta de assiduidade e de pontualidade.
6. No sentido do cumprimento de regras e disciplina, levantamento da percentagem das ocorrências em que foram aplicadas medidas disciplinares e sancionatórias; rápida intervenção no tratamento dos incidentes disciplinares, com intervenção do Diretor de Turma ou do Diretor e correspondente solução.

7. Promoção de iniciativas que contribuam para o bem-estar pessoal e social, concebidas a partir de sugestões dos próprios alunos e dos encarregados de educação, com mobilização das respetivas associações.
8. Juntamente com os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e os Professores Tutores, definição de medidas de prevenção e proteção de comportamentos de risco.
9. Criação de uma equipa responsável pela implementação de formas de intervenção conducentes ao desenvolvimento pessoal e emocional dos alunos e apoio ao seu bem-estar.
10. No âmbito das competências dos SPO, definição de medidas de orientação escolar e profissional.
11. Em reuniões de Conselho de Grupo e de Departamento, reflexão sobre a forma como se pode contribuir para o desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, com a definição de respostas educativas adaptadas às necessidades de formação dos alunos nesse âmbito e avaliação do processo no final de cada período letivo.
12. Integração curricular de atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), sendo criada uma equipa de trabalho responsável por esta área.
13. Flexibilidade na gestão do trabalho com os grupos e turmas, de modo a ir ao encontro das diferentes propostas dos alunos e dos docentes de turma. Esta pretende a incorporação de projetos interdisciplinares, quer no tratamento de iniciativas na área da Cidadania quer pelo objetivo de colmatar dificuldades específicas sentidas pela turma (AFC).
14. Conceção de projetos transversais no âmbito da estratégia de educação para a cidadania, criados com o contributo das propostas dos alunos.
15. Os descritores do Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória – desafio aos docentes de seleção de um descritor comum a várias disciplinas, e realização de uma atividade de cada disciplina em que essa competência seja ativada nos alunos. Avaliação da iniciativa nas reuniões de Conselho de Turma.
16. Definição de medidas de suporte às aprendizagens e à inclusão que promovam a igualdade de oportunidades: reflexão em Conselho de Turma.
17. Implementação de medidas universais, seletivas e adicionais de inclusão dos alunos, da responsabilidade dos Conselhos de Turma, com o apoio da Equipa

Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).

18. Ações para a melhoria dos resultados dos alunos em grupos de risco, como os oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos por meio de apoio individual de docentes e do apoio dos seus pares em iniciativas no âmbito da Cidadania, Mentoria e Tutoria.
19. Promoção da reflexão sobre práticas e instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades: em reuniões de grupo disciplinar, reflexão conjunta, partilha e elaboração de materiais.
20. Aferição de critérios de avaliação, realizada pelo grupo disciplinar, discutida e aprovada em Conselho Pedagógico, comunicada aos alunos, pais e encarregados da educação e publicada na página da Escola.
21. Implementação do “Projeto MAIA” na escola, em que se materializa uma política de educação e de avaliação enquadrada no contexto da Autonomia e Flexibilidade Curricular, que visa melhorar as práticas pedagógicas das escolas e dos seus professores no domínio da avaliação e, conseqüentemente, das aprendizagens dos alunos.
22. Levantamento, pela Equipa de Autoavaliação: do número e da percentagem de alunos da escola com percursos diretos de sucesso no 3.º Ciclo; do número e da percentagem dos alunos da escola com percursos diretos de sucesso no Ensino Secundário Científico-Humanístico; da percentagem dos alunos da escola que concluem o ensino secundário profissional até três anos após ingressar na oferta, entre os que vieram diretamente do 3.º Ciclo; do número e dos resultados dos alunos oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos, de origem imigrante e de grupos culturalmente diferenciados.
23. Em cada conselho de turma, deteção dos alunos que correm o risco de perder um percurso direto de sucesso e definição de medidas a tomar no sentido de o evitar: mobilização do aluno e do encarregado de educação na consecução do objetivo do sucesso; apoio individual na(s) disciplina(s) com problemas de aprendizagem; informação ao grupo disciplinar da(s) disciplina(s) em risco de insucesso.
24. Em cada grupo disciplinar, constatação dos alunos que correm o risco de perder um percurso direto de sucesso e definição de medidas a tomar, na perspetiva de o evitar.
25. Analisados os dados da Equipa de Autoavaliação e do Conselho de Turma,

definição de um número ou de uma percentagem de aumento dos alunos com percursos diretos de sucesso, quer no 3.º Ciclo, quer no Ensino Secundário.

26. Levantamento, pela Equipa de Autoavaliação, dos resultados de final de ano de cada turma e ano de escolaridade bem como dos resultados das provas finais de avaliação e dos exames nacionais, apresentação à comunidade educativa e reflexão, em Conselho Pedagógico, sobre a definição de metas com a referência a taxas numéricas de sucesso, assim como medidas a tomar para o efeito.
27. Levantamento, pela Equipa de Autoavaliação: dos resultados de desenvolvimento e valorização dos alunos de excelência; de assimetrias internas de resultados.
28. Por sugestão dos grupos disciplinares, da Associação de Estudantes e da Associação de Pais e Encarregados de Educação, definição, em Conselho Pedagógico, de formas de valorização dos alunos de excelência, como, por exemplo, atribuição de um diploma; reconhecimento em cerimónia pública; oferta de um livro; criação, na página da escola, de uma secção/publicação com o testemunho dos melhores alunos.
29. Iniciativa de inovação curricular; criação de uma disciplina de oferta de escola.
30. Alargamento da oferta formativa com a criação de novos Cursos Profissionais.
31. Implementação, pelos Diretores de Curso, de Questionários de Avaliação dos Formadores pelos Formandos.
32. Aferição, pela equipa EQAVET, dos indicadores de Empregabilidade/ Prosseguimento de estudos após a conclusão do curso.
33. Aplicação, pelos Diretores de Curso, de Questionários de Satisfação às entidades de acolhimento de FCT.
34. Levantamento, pela equipa EQAVET, do grau de satisfação das entidades empregadoras de antigos alunos.
35. Reuniões de auscultação entre a equipa EQAVET e os *stakeholders* internos/externos para levantamento de sugestões de melhoria de funcionamento dos cursos profissionais.
36. Levantamento de necessidades de equipamento e materiais para os diferentes cursos, pelos Diretores de Curso e Formadores das disciplinas da componente tecnológica.

Evidências

- Os resultados obtidos pelos alunos.
- Análise presente no relatório de autoavaliação.

Desenvolvimento da formação integral do aluno

Meta

Valorizar e proporcionar o desenvolvimento da formação integral do aluno.

Objetivos

1. Gerir o currículo numa perspectiva multidisciplinar, permitindo abordar problemas complexos de diferentes pontos de vista, numa compreensão holística do mundo.
2. Fazer com que o aluno se sinta protagonista na comunidade educativa.

Estratégias

1. Incentivo ao desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras, com a ocupação da componente não letiva dos docentes.
2. Conceção de atividades de enriquecimento curricular (visitas de estudo, concursos, olimpíada, etc), respeitando o objetivo do desenvolvimento das competências inscritas no Perfil dos Alunos no final da Escolaridade Obrigatória e que confirmam uma outra visão e aprofundamento relativamente a algumas rubricas de cada disciplina.
3. Incentivo à participação dos alunos com propostas a integrar o Plano Anual de Atividades.
4. Convite à Associação de Estudantes para a conceção de iniciativas de intervenção social e mobilização de alunos.
5. Com a incorporação de sugestões da Associação de Estudantes e dos alunos delegados de turma, criação de clubes que vão ao encontro dos interesses dos alunos.
6. Conceção de projetos, parcerias e soluções e avaliação da sua eficácia por uma equipa de Coordenação de Projetos (dirigida por uma Coordenadora de Projetos).
7. Parcerias com outras instituições e agentes da comunidade que mobilizem recursos e promovam, assim, a qualidade das aprendizagens.
8. Implementação do projeto “Sucesso Educativo – Escola, Comunidade, Família”: momentos de partilha e reflexão; o contributo de todos os intervenientes na escola; momentos de exposição e valorização da dinâmica escolar; criação de ferramentas de monitorização; trabalho colaborativo; e a articulação de ações.
9. Criação do dia da Internet Mais Segura com ações de Formação e sensibilização para

toda a comunidade educativa.

10. Dinamização de projetos relacionados com a Educação Ambiental e a Sustentabilidade, designadamente, os projetos do Eco-Escolas, a Proteção Civil, a Área do Património e Projetos Culturais, que permitam uma articulação vertical e horizontal com os currículos das diferentes disciplinas e anos de escolaridade.
11. No âmbito da Solidariedade e Cidadania, definição, em reunião dos Diretores de Turma com os delegados e subdelegados dos alunos e em articulação com a Associação de Estudantes de: trabalho voluntário; ações de solidariedade; ações de apoio à inclusão; ações de participação democrática.
12. Promoção da autonomia e responsabilidade individual dos alunos em intervenção em projetos integrados no PAA ou na área de formação de Cidadania e Desenvolvimento.
13. Promoção da participação e envolvimento dos alunos na comunidade em iniciativas de intervenção social, gizadas pela turma - espontaneamente ou orientadas pelo Diretor de Turma ou pelos docentes nas áreas da Cidadania (por exemplo, a Cáritas, a Cruz Vermelha, ou a Associação Integrar são instituições que podem proporcionar aos alunos uma participação em prol da comunidade).
14. Incentivo à criação de atividades extracurriculares de âmbito desportivo, cultural e académico, assumindo-se como um elemento agregador dos estudantes.
15. Tratamento, por meio de palestras, debates, concursus, entre outros, de temas no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento.
16. Incentivo à criação dos seguintes clubes: “Escrita Criativa”, “Clube da Memória”.
17. Dinamização do Plano Nacional das Artes, com a concretização do Projeto Cultural da ESJF, inserido na celebração dos 90 anos da escola em 2026.
18. Incentivação à participação em projetos internacionais de mobilidade de alunos e pessoal docente e não docente, nomeadamente projetos internacionais de cooperação, visando a inovação e intercâmbio de boas práticas e que visam apoiar parcerias estratégicas nos domínios da educação da formação e da juventude: Programas Erasmus +.
19. Implementação de um Clube de Jornalismo, com criação de Jornal Escolar em parceria com a Biblioteca Escolar.
20. Promoção de atividades de projeto de impacto comunitário – Semana dos Afetos, Festa final da comunidade, Dia da escola, Semana da Inclusão, Cidadania e Desenvolvimento, Educação Artística, Desenvolvimento ecologicamente

<p>sustentável - .</p> <p>21. Realização de uma iniciativa festiva de final do ano letivo congregadora de todos os alunos: criação da responsabilidade de uma equipa de docentes em articulação com a Associação de Estudantes.</p> <p>22. Criação de uma atividade de convívio do corpo docente e não docente, como, por exemplo, almoço ou jantar de Natal, um magusto, um convívio de final de ano...</p>
<p>Evidências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização das medidas previstas. • Grau de satisfação (apreciado dno Relatório de autoavaliação).

Formação

<p>Meta</p> <p>Valorizar profissionalmente o pessoal docente e o não docente.</p>
<p>Objetivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a formação contínua do pessoal docente e não docente. 2. Promover a autoformação. 3. Promover e alargar a colaboração com o Ensino Superior no âmbito da formação inicial de professores.
<p>Estratégias</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de um plano de formação dos docentes em articulação com o CFAE Minerva e em conjugação com as diretrizes da Tutela, mas também respondendo aos interesses manifestados pelos docentes. 2. Práticas de formação contínua dos profissionais, por iniciativa da escola, adequadas às necessidades identificadas e às suas prioridades pedagógicas e com relevo para o desenvolvimento de competências digitais. 3. Capacitação de uma equipa da Escola para que desenhe, implemente e monitorize Planos de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE). 4. Jornadas pedagógicas no início e no final de cada ano letivo. 5. Formação dos Assistentes Técnicos e dos Assistentes Operacionais, em resposta às necessidades previstas e às propostas apresentadas pelos próprios. 6. Iniciativas de inovação pedagógica: 7. Criação de uma equipa de docentes responsável pela reflexão e partilha de conhecimentos acerca da inovação pedagógica;

8. Sessões de formação dos professores em novos processos de ensino e de aprendizagem, com pedagogias mais avançadas, proporcionando um impacto positivo nos alunos, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das suas competências para o século XXI, ao nível das suas atitudes, e ao nível do seu aproveitamento, com benefícios para a aprendizagem dos alunos.
9. Realização de sessões de formação de professores (certificadas pelo CFAE Minerva) destinadas aos docentes, nas áreas do digital, da metodologia de projeto e da avaliação.
10. Para colmatar dificuldades dos docentes no uso do digital, criação, no horário dos docentes de TIC, de horas da componente não letiva para apoio e formação aos restantes docentes.
11. Em parceria com o Município, ações de sensibilização de cidadania digital; desenvolvimento e promoção da rede educativa e de formação profissional; promoção da contratação de Pessoal Não Docente (Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos); reforço da ligação à comunidade com o (re)estabelecimento de protocolos ou parcerias entre o poder autárquico e o tecido associativo e empresarial local e a escola.
12. Promoção da colaboração com o Ensino Superior no âmbito da formação inicial de professores.
13. Desenvolver atividades e contactos diversos de modo a promover / incentivar o trabalho dos professores cooperantes.

Evidências

- Grau de participação.
- Concretização das medidas previstas.

Autoavaliação

Meta

Tornar sistemático o processo de autoavaliação.

Objetivos

1. Conhecer a realidade escolar.
2. Contribuir para a melhoria do processo educativo.

Estratégias

1. Procedimento sistemático de autoavaliação da escola, instituindo e implementando

- uma cultura de autoavaliação: constituição de uma equipa de gestão da qualidade e de um Observatório da Qualidade.
2. Articulação da autoavaliação da escola com os restantes processos de avaliação que ocorrem na escola feita em cada grupo disciplinar em interligação com os resultados apresentados pela Equipa de Autoavaliação.
 3. Participação de um representante dos pais/encarregados de educação na autoavaliação.
 4. Adequação da autoavaliação à realidade da escola, por meio da atualização anual da análise SWOT, fazendo uma reflexão sobre os pontos fortes que se mantêm, os fracos que, entretanto, foram ultrapassados, as oportunidades e as ameaças que vão surgindo, fazendo análise documental, entrevistas, questionários, observação direta.
 5. Melhoria contínua do processo de autoavaliação, por meio da própria análise da equipa e pela auscultação da comunidade educativa.
 6. Monitorização e avaliação das ações de melhoria.
 7. Apresentação, pela equipa de autoavaliação, de uma listagem das mudanças ocorridas, nomeadamente melhorias, decorrentes da autoavaliação nos seguintes setores: organização da escola; desenvolvimento curricular; processo de ensino e de aprendizagem; definição das necessidades de formação contínua e avaliação do seu impacto; educação inclusiva.
 8. Reflexão com a comunidade educativa acerca dos resultados da autoavaliação: comunicação das melhorias no final de cada período em avaliação; reflexão sobre as mesmas no Conselho Pedagógico (e estruturas intermédias) e no Conselho Geral.
 9. Valorização dos sucessos dos alunos, quer no que diz respeito aos resultados académicos quer no que diz respeito aos resultados sociais:
 - publicação dos resultados em quadro de mérito;
 - sessão na escola, aberta ao público, de divulgação dos resultados, homenageando os protagonistas;
 - publicação na página da escola.
 10. Valorização e promoção do mérito académico com visibilidade na comunidade local, quer com a presença nas instalações da Escola de convidados para os eventos quer com a publicação na imprensa local e na página da escola.
 11. Na seção referente à avaliação do PE, referir as várias metodologias utilizadas pela equipa EQAVET no processo de alinhamento com o quadro EQAVET - instrumentos de medida qualitativos e quantitativos;

Evidências

- Relatório anual de autoavaliação.

Organização, Gestão e Liderança

Meta

Constituir-se como uma Escola de exercício de uma cidadania democrática e atuante.

Objetivos

1. Promover um processo de valorização da autonomia pedagógica e organizativa que potencialize a experiência e saberes de todos na construção de uma autêntica comunidade educativa.
2. Habilitar a ESJF de recursos que permitam um ambiente escolar propiciador da aprendizagem, socialmente acolhedor, inclusivo e cordial.

Estratégias

1. Definição clara da Missão da Escola numa reflexão apresentada e discutida em Conselho Pedagógico e sua relação com a caracterização do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Aprendizagens Essenciais e Escola+ 21-23.
2. Incentivo à participação na escola dos diferentes atores educativos, por meio da distribuição equitativa de funções a desempenhar de modo a que cada um se sinta parte integrante e fundamental na instituição.
3. Valorização dos diferentes níveis de liderança (o Conselho Geral, a Diretora e a sua equipa, o Conselho Pedagógico, as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, o Diretor de Turma, o Conselho de Grupo, os Departamentos Disciplinares) e sua articulação, com o respeito pelas competências de cada órgão ou estrutura.
4. Gestão dos recursos humanos que valorize as pessoas – Assistentes Técnicos e Operacionais e Docentes –, o seu desenvolvimento profissional e bem-estar.
5. Reflexão com os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais sobre formas de organização do trabalho a desenvolver.
6. Gestão dos recursos humanos – assistentes e docentes – que impulse a autonomia e a eficácia organizativa.
7. Incentivo do trabalho colaborativo e do espírito de equipa (na atribuição de tarefas).

8. Criação de condições de trabalho e de opções organizacionais, nomeadamente nos horários e na atribuição de funções, favoráveis à otimização dos resultados.
9. Constituição de equipas estáveis de docentes responsáveis pela execução de tarefas específicas não letivas (por exemplo, elaboração de horários, constituição de turmas, serviço de exames...).
10. Organização de horários dos docentes compatíveis e atribuição de funções com vista à otimização da articulação curricular horizontal e vertical.
11. Gestão dos recursos humanos docentes de acordo com as necessidades dos alunos: seleção criteriosa, por parte da Direção, dos docentes mais experientes na lecionação de cada nível de ensino da respetiva disciplina; atribuição de coadjuvação, no caso de alguma inexperiência do docente ou de dificuldades dos alunos já diagnosticadas; apoio de docentes em iniciativas pedagógicas ou substituição pontual.
12. Incentivo à participação dos alunos na vida da escola e assunção de responsabilidades visíveis em:
 - atividades desenvolvidas na escola por iniciativa dos alunos;
 - participação dos alunos em diferentes estruturas e órgãos da escola (delegado ou subdelegado de turma, representante dos Alunos no Conselho Geral, elemento da equipa de Autoavaliação...) e assunção do desempenho responsável dessas funções;
 - reuniões da Direção com a Associação de Estudantes (auscultação de problemas, reflexão conjunta e busca de soluções, análise de sugestões);
 - convite à AE à apresentação de propostas e organização do “Dia do Estudante” (24 de março).
13. Promoção da autonomia e responsabilidade individual:
 - intervenção dos alunos em atividades propostas pelos respetivos docentes em sala de aula, no âmbito da lecionação da própria disciplina;
 - intervenção em projetos integrados no PAA ou na disciplina ou na área de formação de Cidadania e Desenvolvimento;
 - reflexão sobre situações reais ou de discussão partilhada, promovida pelo Diretor de Turma.
14. Recetividade à realização de uma assembleia de alunos, para dar voz aos alunos discutindo a escola que têm e a escola que querem.
15. Promoção da participação dos pais e encarregados de educação e das famílias na escola:

- reunião promovida pela escola, no início do ano, de todos os pais em assembleia, de modo a dar conhecimento da forma de funcionamento da escola, da mais-valia da intervenção dos pais na escola, da importância do acompanhamento constante dos seus educandos;
 - realização de uma visita dos pais à descoberta da escola, conduzidos por docentes e alunos;
 - criação de uma caixa (digital e física) de sugestões sobre a escola, tratamento desses dados e sua repercussão na vida da escola;
 - convite a que os pais ou familiares participem em “Aulas Abertas” das turmas dos seus filhos;
 - reuniões da Direção com Representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação e Associação de Estudantes (auscultação de problemas, reflexão conjunta e busca de soluções, análise de sugestões).
16. Mobilização de recursos materiais diversificados adequados a cada nível de ensino.
 17. Criação de um ambiente escolar propício ao bem-estar de todos, seguro, saudável e ecológico: recuperação de alguns espaços; intervenção nos jardins; tratamento seletivo do lixo.
 18. Criação de um ambiente escolar socialmente acolhedor, inclusivo e cordial.
 19. Em articulação com os Assistentes Operacionais, reflexão sobre organização de espaços e recursos.
 20. Em conjugação com os Diretores de Instalações, os Coordenadores de Departamento, o Professor Bibliotecário e o Coordenador dos Assistentes Operacionais, análise de opções de organização dos espaços tomadas com impactos positivos na qualidade das aprendizagens e tendo em conta as necessidades e expectativas dos alunos.
 21. Iniciativas junto da Tutela e da Câmara Municipal de Coimbra no sentido da intervenção no edifício da escola.
 22. Verificação da eficácia dos circuitos de comunicação interna e externa.
 23. Interação com a Comunicação Social: estudo de parcerias para divulgação de eventos da escola.
 24. Comunicação externa da imagem da Escola por meio da elaboração e divulgação de folhetos promocionais sobre a oferta educativa da Escola e algumas das iniciativas mais emblemáticas.
 25. Realização de iniciativas na escola abertas à comunidade, como o Dia da Escola, a

Comemoração do Patrono, as Aulas Abertas, as sessões sobre temas de Educação.

26. Manutenção e reforço de protocolos e parcerias de disponibilização dos diversos equipamentos e espaços escolares, de acordo com o regulamento de utilização de cada um, com vista à cooperação com a sociedade em projetos de diversos âmbitos.

Evidências

- Grau de participação.
- Concretização das medidas previstas.
- Análise presente no relatório de autoavaliação.

O melhor da escola são as Pessoas!

Este projeto só se concretizará com a participação de toda a comunidade educativa.

É a comunidade Educativa a protagonista deste Projeto Educativo.

Aprovado em reunião do Conselho Pedagógico de 22 de novembro de 2021.

Aprovado em reunião do Conselho Geral de _____.